
**MESSIANISMO, ESCATOLOGIA E PEDAGOGIA CRISTÃ NA
CRÔNICA DE D. JOÃO I, DE FERNÃO LOPES**
doi: 10.4025/imagenseduc.v3i1.19786

Adriana Maria de Souza Zierer *
Josena Nascimento Lima Ribeiro **

*Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. medievalzierer@terra.com.br

** Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. josenanlribeiro@gmail.com

Resumo

A sociedade feudal europeia construiu durante séculos, imagens messiânicas e escatológicas relacionadas a figuras de destaque. Durante boa parte das tentativas de encontrar aquele que seria o “salvador” em uma estrutura social repleta de contrastes, os reis foram os escolhidos para carregarem os títulos de guardiões das máximas e preceitos cristãos. Assim, inferimos a Revolução de Avis, momento crucial da história portuguesa e que dá início a uma nova dinastia no reino. Esta, fundada pelo monarca D. João I, elaborou um forte discurso legitimador a partir da literatura, festas públicas, teatro e especialmente com a contratação de cronistas oficiais para escreverem a memória do reino português. Diante de tais aspectos, nota-se em especial a *Crônica de D. João I*, – escrita pelo cronista Fernão Lopes – onde expectativas messiânicas e escatológicas imbricam-se para o início dos chamados “novos tempos”. O monarca D. João I torna-se, segundo o cronista, o “*Mexias de Lisboa*” e o inaugurador da Sétima Idade no reino português. Eleito pela vontade divina e aclamação popular, o novo rei teve como primeira tarefa a defesa de Portugal contra D. Juan de Castela, representado na crônica como o “*Anticristo*”. Esta pesquisa intenciona construir o percurso do rei a partir da análise das obras de Fernão Lopes e distinguir de que maneira o discurso messiânico foi colocado em prática para a consolidação de uma “nova era” e para a produção do passado português.

Palavras-chave: Crônica de D. João I. Messianismo. Portugal.

Abstract: Messianism, eschatology and christian pedagogy in Chronicle of John I, by Fernão Lopes. The medieval European society constructed during centuries messianic and eschatological images related to distinguish figures. During most part of these attempts of finding the “*savior*” in a structure full of contrast, the kings were chosen to carry the titles of guardians of Christians precepts and maxims. Thus, we infer the Avis Revolution, crucial moment of the Portuguese history and that initiates a new dynasty on the realm. Founded by the monarch John I, of Portugal, the dynasty elaborated a strong legitimizing discourse from literature, public feast, theater and specially the hiring of official chroniclers to write the memory of the Portuguese kingdom. It is specially noted the *Chronicle of King John I*, of Portugal, – written by the chronicler Fernão Lopes – where messianic and eschatological expectations come together for the beginning of a “new era”. The monarch John I becomes, according to the chronicler, the “*Lisbon’s Messiah*” and inaugurator of the Seven Age on the Portuguese realm. Elected by the divine will e popular acclamation, the new king had as his first task the defense of Portugal against John I of Castile, represented in the chronicle as the “*Antichrist*”. This research intends to build the route of the king from the analyses Fernão Lopes’ work e to distinguish how the messianic discourse was put to practice for the consolidation of a “new era” and for the production of the Portuguese past.

Keywords: Chronicle of King John I of Portugal. Messianism. Portugal.

Introdução

Esta pesquisa trabalha com um tema não tão predileto por parte da historiografia brasileira, a história do Portugal medieval. Recentemente, tais estudos passaram a estar presentes em discussões e debates por conta de sua grande importância para a o maior entendimento, interpretação de fatos e acontecimentos cruciais ao período de Expansão Marítima e colonização do Brasil. Esta pesquisa também revela a sua importância no momento em que intenciona recolocar Portugal em seu lugar nos estudos acerca da Europa Medieval, já que por muitas das vezes os estudos ingleses e franceses acabam por receber maior destaque.

Diante de tais aspectos é importante notar que pesquisamos especialmente sobre a segunda dinastia portuguesa, a casa real de Avis que assume ao poder em 1385 com o monarca D. João I, utilizando-se de propaganda e discursos intencionados que buscavam a sua legitimação e longevidade. A Dinastia Avisina chega ao poder em Portugal por meio da Revolução de Avis e dos conflitos bélicos advindos da grande agitação popular a partir do ano de 1383, com a morte do monarca D. Fernando, último da Dinastia de Borgonha.

Assim, é importante notar que a criação de expectativas messiânicas e milenaristas atribuídas aos reis do Portugal medieval, não se apresentam somente ao enigmático D. Sebastião e muito menos são contemporâneos a ele. Estas se inserem em um círculo vicioso que advém com a primeira vitória portuguesa sobre os mouros na Batalha de Ourique em 1139. Afonso Henriques, conhecido pelos mouros como *El-Bortukali* (“O português”) e *Ibn-Arrik* (“filho de Henrique”) tornou-se o primeiro rei de Portugal e fundador da Dinastia Afonsina ou de Borgonha.

Após o reconhecimento da independência do reino português em 1143 pelo *Tratado de Zamora*, o agora Afonso I continuou a conquista do atual território português e aumentou suas posses. Porém, onde está presente o discurso da sacralização sobre este monarca se os reis portugueses não eram ungidos como no resto da Europa?¹ Foi criada em volta do primeiro rei e

da Batalha de Ourique uma analogia relacionada com milagres proféticos. Segundo as crônicas régias escritas – estas encomendadas pela Dinastia de Avis – sobre tal figura histórica², o caráter milagroso da batalha está presente na aparição de Jesus Cristo ao rei cavaleiro, lhe garantindo assim a vitória sobre o inimigo mouro (MENDONÇA, 2010, p. 22).

A partir de tal construção, passa a tomar espaço em Portugal um grande movimento de atribuição de destinos salvacionistas aos monarcas. Um dos casos mais notados é o próprio D. Sebastião, que na tentativa de reavivar e viver os feitos realizados por Afonso Henriques acaba iniciando um novo movimento cruzadístico em pleno século XVI. Por consequência, desaparece na Batalha de Alcácer-Quibir e em volta dele são construídas as expectativas profético-messiânicas de seu retorno. Após sua morte, o reino português perde a sua independência e assim dá-se início ao período conhecido como União Ibérica (1580-1640).

Outro exemplo de monarca messiânico em Portugal é o D. João I, fundador da Dinastia de Avis, objeto de estudo desta pesquisa. A nova dinastia fundada na ilegitimidade por seu primeiro rei ser um bastardo e mestre de uma ordem monástico-militar, elabora discursos messiânicos que defendem D. João como filho de rei – não denotando sua origem bastarda – e salvador carismático do reino de Portugal. Este seria um rei ideal que daria início a novos tempos com ascensão de nova sorte de pessoas, verdadeiros portugueses que lutaram contra os inimigos castelhanos nos conflitos bélicos da Revolução de Avis.

juramento de fidelidade e a prestação de menagem por parte dos representantes dos três estados” (CAETANO apud MARQUES, 1987, p. 286-287).

² A tradição cronística é extremamente forte em Portugal. E por este motivo são diversas as crônicas escritas que contam a história “floreada” – já que o intuito antes de tudo é a propaganda e a legitimação - pode-se dizer no caso do monarca Afonso Henriques. Como é o caso das crônicas: *Crônica delrey Dom Affonso Hanriques primeiro rey destes regnos de Portugall por Duarte Gallaum fidalguo da casa delrey e do seu conselho de 1505*; a *Crônica Geral de Espanha de 1344* e por fim a *Crônica dos Reis de Portugal de 1419*. Ambas as últimas notadas vale ressaltar que se desconhecem os autores destas e por tal motivo o debate da historiografia e dos literários acerca destas é muito intenso. No caso da escrita em 1419, se atribui a sua escrita ao guarda-mor da Torre do Tombo, Fernão Lopes por este ser o cronista oficial em atividade em tal período histórico.

¹ “Os reis portugueses não eram coroados nem há notícias de terem possuído ou usado coroa. O único atributo régio patente nas cerimônias de aclamação de um novo monarca era o ceptro colocado na sua mão enquanto se desfaldava o pendão real e se proclamava em altos brandos o nome do novo soberano. Como cerimônia essencial da aclamação, muito elaborada ao longo do século XV, releve-se o

Em contrapartida, vale a pena ressaltar que esta talvez tenha sido a alternativa – os recursos e discursos messiânicos – encontrada pela monarquia portuguesa para a legitimação por vias religiosas, já que o rei português, como já foi dito, não é ungido. Mediante tais aspectos, nota-se a enorme diferença entre um rei ungido pela Igreja Católica e a existência de um discurso messiânico e milenarista em volta dele. A disparidade é esta: o rei legitimado pela Igreja Católica permanece um leigo, não passa a ser um clérigo ou um representante da instituição máxima religiosa. Este se torna somente uma espécie de guardião das máximas e preceitos cristãos (ZIERER, 2007, p. 357).

Enquanto que o rei messiânico e/ou milenarista não permanece em tal concepção, ele passa a representar a imagem de uma espécie de Cristo encarnado que traria um reino de mil anos, repletos de felicidade, fartura e justiça. Assim, o recurso político utilizado por alguns reis, como forma de atrair a devoção dos súditos, passa a possuir então um discurso anticlerical (MEGIANI, 2003, p. 39). Já que a pergunta seria esta: como atribuir perspectivas do sagrado a um rei que antes de tudo é considerado um humano e passível de falhas? E não somente isto: como atribuir perspectivas do sagrado a um homem, se estas não são reconhecidas pela própria instituição máxima que é a Igreja Católica? É justamente por este motivo que muitos dos casos como estes apontados passaram a engendrar diversas disputas com o alto clero e com o papado romano.

Conceitos vias interpretativas

É importante conceituar e discutir muitos dos termos que estão sendo aqui utilizados. Segundo o sociólogo Henri Desroche o messianismo pode ser entendido essencialmente como a

crença religiosa na vinda de um redentor que porá fim à ordem atual das coisas, quer seja de maneira universal ou por meio de um grupo isolado, e que instaurará uma nova ordem feita de justiça e de felicidade (DESROCHE, 2000, p. 20).

Em outra via, está o conceito de milenarismo, discutido por Jean Delumeau em seu livro *Mil anos de Felicidade*. Este se distingue do messianismo em dois aspectos: de um lado ele repousa sobre a crença no advento de um

reino, entendido como uma espécie de atualização do mundo antes do primeiro pecado. E de outro lado, nota que o Salvador já se manifestou e que a espera se concentra no momento de seu retorno (DELUMEAU, 1997, p. 18).

Ainda, segundo Desroche, o conceito de messianismo pode ser redimensionado também em uma espécie de messianismo político. Este é caracterizado e identificado quando o messianismo é ligado à instauração de regimes ou dinastias que o utilizam como discurso legitimador. Dessa forma, associa-se o líder ou monarca como iniciador de uma nova era (DESROCHE, 2000, p. 34). Logo, nota-se que messianismo diz respeito à crença em um salvador, o próprio Deus ou seu emissário, e à espera de sua chegada. Tal acontecimento poria fim à ordem instalada, caracterizada como injusta ou opressiva, e assim instauraria uma nova era de virtude, felicidade e justiça.

À esta noção associa-se ainda um conceito como o de escatologia, latente na sociedade medieval. Bem como, na tradição cristã segundo Bernhard Töpfer no seu artigo *Escatologia e Milenarismo*³, o termo “escatologia” denota noções que dizem respeito ao fim do mundo ou aos acontecimentos que atingirão seu ápice com o Juízo Final. Já este analisa o termo milenarismo como, em seu sentido principal, à espera de um reino de mil anos sob a presença de Cristo, que haverá de ir à terra antes do Juízo Final. De uma forma mais geral e ampla, compreende-se por estes termos todas as esperanças de sentidos religiosos prevendo o surgimento de uma ordem perfeita e até de certa forma, paradisíaca (TÖPFER, 2002, p. 353).

Ainda, para a maior conceituação da pesquisa são utilizadas as noções de poder simbólico desenvolvidas por Pierre Bourdieu, importante sociólogo francês. O autor retifica que o poder simbólico é uma espécie de “poder invisível” que somente possui validade a partir do momento em que possa ser exercido com a cumplicidade daqueles que são diretamente influenciados por ele (BOURDIEU, 2012, p. 7). Dessa forma, os sistemas políticos simbólicos cumprem sua função de imposição ou legitimação a partir do momento em que aquele que lhe está sujeito crê em sua existência (BOURDIEU, 2012, p. 188).

³ O artigo está presente no volume 1 do Dicionário Temático do Ocidente Medieval organizado por Jacques Le Goff e Jean-Claude Schmitt.

Diante de tais aspectos, é importante notar que a sociedade feudal europeia e em especial a portuguesa, presente em nosso estudo, construiu durante séculos imagens messiânicas e escatológicas relacionadas a figuras de destaque. Durante boa parte dessas tentativas de encontrar aquele que seria o “salvador” em uma estrutura social repleta de contrastes, os reis foram os escolhidos para carregar os títulos de guardiões das máximas e preceitos cristãos.

Dessa maneira, em uma sociedade envolta de um poderio estatal-cristão como o reino de Portugal durante a Idade Média, esteve em voga a noção de que a preservação da história e dos grandes feitos seria primordial para a formação de uma memória coletiva, ou de uma forma um pouco mais sistemática – imaginação coletiva como aponta o historiador Peter Burke⁴ (BURKE, 1994, p. 13).

Assim surge o gênero cronístico, que com seu caráter híbrido – história e ficção – introduz no reino português, toda uma tradição de crônicas. No entanto, ainda que a maioria delas fossem encomendadas por monarcas, teriam além da intenção preservacionista, uma segunda intencionalidade: garantir a legitimidade para seus governantes, reis escolhidos por Deus e ungidos diretamente por Ele. Tradição esta especialmente ibérica e adversa do ritual de unção praticado no reis franceses e ingleses, por exemplo.

Logo é importante destacar que

a crônica histórica tardo-medieval é uma realização discursiva narrativa, construída a partir de pressupostos de uma tradição literária cristã, retomada e recriada por seus cultores, com intenção de verdade, ainda que incorpore elementos ficcionais que servem a essa verdade. Ela foi geral ou

particular, construída à volta de um reinado ou individualidade, para legitimar seus promotores e servir de modelo para a sociedade política (GUIMARÃES, 2012, p. 70).

Diante de tais aspectos, infere-se em especial a figura de Fernão Lopes, que passa a exercer além da função de guarda-mor da Torre do Tombo, a do cronista oficial do reino de Portugal em 1434. É de nosso interesse e estudo nesta pesquisa sua terceira crônica escrita, *Crônica de D. João I – Primeira e Segunda Parte*. Ademais, o estudo realizado pretende construir o percurso do rei com base na análise das obras de Fernão Lopes e distinguir de que maneira o discurso legitimador e messiânico e as características de aplicação de poder régio no baixo Portugal Medieval foram colocados em prática. Ainda, é de nosso maior objetivo traçar as principais características e acontecimentos do período histórico da crônica pelos conflitos ocorridos no interior das escolas.

História Medieval Portuguesa no Brasil: um leque de possibilidades

É instigante a reflexão do porquê de estudar-se Idade Média em um país que não pertence a tal espaçamento histórico, o Brasil. Estudar tal temporalidade na tentativa de entender suas estruturas – sejam elas políticas, sociais, religiosas, econômicas ou imaginárias – representa antes de tudo uma maneira de compreender a experiência humana em um mundo mergulhado na pós-modernidade.

Naturalmente, destacam-se diversos grupos de estudos e pesquisa que possuem expressão no cenário nacional e que se dedicam aos estudos medievais. Assim, temos como exemplo principal o trabalho desenvolvido pela Associação Brasileira de Estudos Medievais (ABREM), criada em 1996. Vale notar que esta apresenta-se como uma instituição interdisciplinar, incluindo pesquisadores de diversas áreas como História, Letras e Filosofia. A ABREM ainda realiza encontros internacionais bianualmente e possui periódicos para a divulgação de eventos, publicações e pesquisas no campo historiográfico brasileiro (ZIERER, 2009, p. 11).

No Maranhão, a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) possui dois grupos de pesquisa – ambos cadastrados junto ao CNPq – que integram pesquisas e investigações históricas

⁴ O autor trabalha com este conceito de *imaginação coletiva* porque denota algo que é contemporânea ao momento por ele pesquisado em seu livro *A fabricação do rei*, em que aborda a figura e a representação em volta do monarca francês Luís XIV (BURKE, 1994, p.13). Usar o conceito de *memória coletiva* seja talvez cair no erro de expressar que esta mesma exata memória é uma e permanece até os dias atuais. Em relação ao monarca trabalhado nesta pesquisa atualmente existe em Portugal, duas espécies de “memória” relegadas ao monarca D. João I. A primeira corresponde a uma noção de que tal monarca seria um exemplo de grande governante e que teria levado Portugal aos grandes lucros e dádivas da expansão marítima. E a segunda visão, que vem sendo construída pela historiografia é que a Revolução de Avis, que é a discussão sobre a utilização do termo revolução e que tal acontecimento não realmente trouxe grandes mudanças e não alterou a realidade de crise e descaso social presente no período estudado.

sobre a medievalidade. Tanto o Laboratório de História Antiga e Medieval (*Mnemosyne*), quanto o Grupo de Estudos Celtas e Germânicos (*Brathair*) participam da realização de eventos internacionais. Por fim, ambos os grupos de pesquisa também realizam atividades periódicas como encontros, reuniões e palestras em parceria com outros núcleos associados à Universidade Federal do Maranhão (UFMA) (ZIERER, 2009, p. 14), além de realizarem trabalhos conjuntos com vários laboratórios de pesquisa, como o *Scriptorium*, *NEREIDA*, *CEIA* e *GTSEAM*⁵.

Dessa forma, vale ressaltar que este artigo se insere no projeto de pesquisa, “O Messianismo na Ascensão Política de D. João I” e dedica-se à investigação de um discurso régio posto em prática na segunda dinastia do reino de Portugal, a dinastia Avisina.

Diante de tais aspectos, é importante notar que os estudos sobre o Portugal medieval oferecem ao pesquisador brasileiro interessado em tal periodização a facilidade da língua, o português. Ainda, trabalhar com o reino português representa um grande avanço nas investigações relacionadas ao cenário medieval; já que durante muito tempo, por conta de influências de escolas historiográficas advindas de países como Inglaterra e França, estes últimos tiveram o privilégio e até monopólio do ensino e pesquisa. Estudar o Portugal medieval significa antes de tudo, entender os processos e estruturas que teriam levado à Expansão Marítima e à colonização, que acabaram por deixar marcas e heranças em terras brasileiras.

Segundo o historiador e professor da Universidade de São Paulo (USP), Carlos Roberto Figueiredo Nogueira:

os recentes estudos têm demonstrado a fundamental importância do passado português, que embora transformado pela Colônia, está presente em muitas das nossas instituições e manifestações culturais. Ao descer nas terras brasileiras os portugueses trouxeram consigo o peso da tradição medieval, presente nas

estruturas religiosas, na arte, na música, enfim, na cultura. Compreender o Brasil moderno implica em conhecer o Portugal medieval (NOGUEIRA, 2010, p. 11).

Porém, onde se encaixam as aprofundações e pesquisas sobre temas como os discursos propagados pela monarquia? Manifestações de legitimação advindas daqueles que se encontram em altas camadas hierárquicas sempre foram presentes na história, entretanto o que os difere são as suas bases e suas formas de aplicação. No caso da fonte estudada, a *Crônica de D. João I*, (Primeira e Segunda Partes) podemos observar um monarca que, ao não possuir o chamado “carisma de sangue” para assumir o trono português, é envolvido em uma imagem que obviamente procede do pensamento da época. Assim, D. João I, apesar de ser bastardo é aclamado rei e funda uma nova dinastia em Portugal, a dinastia de Avis.

Desse modo, por fragilidades advindas de sua origem e por problemas enfrentados pelo reino português, vê-se o Mestre de Avis ser transformado no “Messias de Lisboa”, salvador carismático do reino português e possuidor de analogias com Cristo. Ainda, este lutava contra o “Anticristo” e falso rei, segundo Fernão Lopes, D. Juan de Castela, que liderou diversas investidas militares contra Portugal, com clara intenções de anexar o reino às terras castelhanas.

Em contrapartida, vale ressaltar que esta não foi a primeira vez em que se investiu sobre um monarca português manifestações de cunho messiânico e escatológico. Por conta das catástrofes e das desordens cada vez mais acentuadas na sociedade ocidental, o imaginário coletivo da Idade Média produziu as mais diversas crenças e costumes para escapar daquilo que os afligia, seja utilizando a figuras de monarcas, seres fantásticos ou sociedades imaginárias.

E é justamente por conta dessa tradição messiânica criada no reino português que a historiadora Ana Paula Torres Megiani infere que

a cultura brasileira apresenta forte componente político messiânico. São conhecidos os inúmeros momentos da nossa história nos quais a espera da população por um salvador acabou determinando o aparecimento de líderes carismáticos, sejam eles religiosos ou políticos. Variando na aparência, adaptando-se tanto ao meio rural quanto ao meio urbano-industrial, despertando

⁵ *Scriptorium* (Laboratório de Estudos Medievais e Ibéricos); *NEREIDA* (Núcleo de Estudos de Representações e de Imagens da Antiguidade); *CEIA* (Centro de Estudos Interdisciplinares de Antiguidade); laboratórios da Universidade Federal Fluminense; e o *GTSEAM* (Transformações Sociais e Educação na Antiguidade e Medievalidade), da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

populações de cidadãos analfabetos ou de formação universitária, o certo é que o grande salvador brasileiro reaparece periodicamente, em especial nos momentos de transição ou de crise (MEGIANI, 2003, p. 19).

Dessa forma, é claro identificar a colonização portuguesa e católica como a principal responsável pela presença do componente messiânico no imaginário político-social brasileiro. São diversos os movimentos de cunho messiânico no território brasileiro, como Canudos, Contestado e etc. De modo que, possui-se no Maranhão um caso de extrema expressão e que tem atraído a atenção de diversos estudiosos da temática do messianismo e seus devidos movimentos messiânicos. Este refere-se ao Sebastianismo – movimento centrado na espera pelo retorno do rei D. Sebastião; último monarca da Dinastia de Avis em Portugal, surgido após seu desaparecimento na Batalha de Alcácer-Quibir, ocorrida em 4 de Agosto de 1578.

Com efeito, D. Sebastião foi desde o seu nascimento, – por seu o último herdeiro da Dinastia de Avis e ante a iminência do domínio castelhano sobre Portugal – considerado o “Desejado”, aquele traria um período de grandeza ao pequeno reino. Porém, sua morte prematura fez com que o reino de Portugal perdesse sua independência para Castela, nascendo o período conhecido como União Ibérica (1580-1640). Assim, os elementos messiânicos são naturalmente associados à sua figura enquanto se esperava que o “Desejado” viesse expulsar os invasores e trazer uma nova era de felicidade juntamente com a independência do reino português.

É justamente a partir de tais construções ideológicas que nasce a Lenda do Encantado no município de Cururupu, em especial na Ilha dos Lençóis, onde o imaginário medieval atravessa o oceano e lança sua influência em terras maranhenses. De modo que ainda hoje se acredita que D. Sebastião, na forma de um touro com uma estrela branca nas têmporas, corre nas noites de lua cheia. Segundo o mito, quando o monarca desencantar ocorrerá o afundamento da capital São Luís e nas praias de areias alvas, emergirá a corte de Queluz, uma nova Jerusalém (ZIERER, 2007, p. 12).

Segundo o sociólogo Pedro Braga, que se aprofundou em estudos sobre o Sebastianismo,

das dunas de Lençóis emanam poderes cósmicos reconhecidos pelos habitantes do vilarejo, cujo símbolo maior é a figura do monarca português. Ele é visto igualmente como o protetor daquele lugar, o guardião da beleza e da integridade que todos querem incorruptíveis. Por conseguinte, Dom Sebastião representa o pacto, a aliança, do homem com o universo face ao medo cósmico, diante de possíveis catástrofes que poderiam ocorrer naquela comunidade por demais vulnerável em virtude de seu isolamento e estado de abandono (BRAGA, 2001, p. 79).

O mito criado em terras maranhenses também é fruto do sonho cotidiano de vida melhor nutrido por populações que se encontram em um estado de miséria extrema. Assim, recorrem ao imaginário para aliviar as frustrações que a realidade lhes impõe. O messianismo está presente no Brasil mesmo em tempos que hoje se intitulam como pós-modernidade. Dessa forma, devemos estar preparados para o surgimento de novos movimentos nos centros urbanos e rurais, orientados não mais por visões religiosas específicas, mas por perspectivas ecléticas e plurais, introduzindo elementos do imaginário da vida moderna que de alguma forma estão ligados a antigas tradições, sejam elas medievais ou não. É justamente nesta continuidade de uma tradição portuguesa de alegorias messiânicas que está a justificativa para os estudos que envolvam tais temáticas.

Elementos da Crônica de D. João I

A fonte encontra-se na Biblioteca Nacional de Lisboa (BNL) e está disponível para a consulta online em três volumes. Nesta pesquisa, porém, somente são utilizados os dois primeiros volumes, já que o terceiro e último foi escrito por outro cronista, Gomes Eanes Zurara e retrata o início da expansão marítima portuguesa e a tomada da cidade africana de Ceuta. A edição presente na BNL é do ano de 1644 e foi dedicada ao rei D. João IV de Portugal, monarca da dinastia bragantina.

O documento também se encontra em diversas versões impressas. Como o número da editora Seara Nova, de 1967, *Quadros da Crônica de D. João I: Seleção, prefácio e notas de Rodrigues Lapa* (LAPA, 1967), e uma edição um pouco mais recente, do ano de 1997, do historiador

António José Saraiva *As Crónicas de Fernão Lopes: Seleccionadas e transpostas em português moderno*, pela editora Gradiva. Nota-se uma clara diferença entre as duas, no que diz respeito à escrita utilizada. A primeira encontra-se em português arcaico, enquanto a segunda está adaptada a uma versão mais moderna da língua. Dessa forma, pretendemos analisar a obra escrita no século XV e seu discurso – com bases messiânicas e milenaristas – legitimador da dinastia de Avis.

Fernão Lopes: autor, obra e contexto

Fernão Lopes, autor da fonte primária que utilizamos, nasceu por volta dos anos 1380 e 1390, o que significa dizer que chegou à vida no momento em que a Revolução de Avis tomava a cena política, social e econômica em Portugal. Já adulto e após ter adquirido as letras, assumiu o cargo de guardador das escrituras do Tombo, no ano de 1418. É provável que por assumir cargo tão alto, já desempenhava funções nas secretarias régias como escrivão de livros (MONTEIRO, 1988, p. 72). É antes de tudo um homem de origem humilde e que adquiriu conhecimentos frequentando pelo menos alguma escola conventual, ou a escola catedral de Lisboa (MONTEIRO, 1988, p. 74).

Uma carta régia de 1434 do reinado de D. Duarte (1433-1438) denuncia a tarefa do cronista de escrever as crônicas dos antigos reis de Portugal e dos feitos de D. João I. Lopes assim receberia por seu trabalho uma tença anual de 14.000 reais. Parece claro afirmar que o seu trabalho é anterior a tal datação, já que a *Crônica de 1419* que conta a história dos setes primeiros reis portugueses e cuja autoria é atribuída a tal cronista real já estava escrita no ano de 1434. Em 1450, é afastado de seu cargo e o cronista Gomes Eanes de Zurara assume seu posto, empreendendo a conclusão da 3ª parte da *Crônica de D. João I*, já iniciada por Lopes (MONTEIRO, 1988, p. 72).

Diante de tais aspectos, várias foram as discussões já empreendidas acerca da obra de Fernão Lopes. Boa parte dos críticos, filólogos, literatos e historiadores que têm se dedicado à análise da obra, são quase unânimes em afirmar que o povo é um autêntico personagem da história e denotam que esta caracterização populista do cronista advém de sua origem modesta (BEIRANTE, 1984, p. 7). Um exemplo de tais pesquisadores é o próprio Aubrey F. G. Bell, importante lusófilo, que deixou grandes contribuições acerca da interpretação da *literatura*

portuguesa (SARAIVA, 1997). Em seu livro *Fernão Lopes*, de 1943, ele chega a afirmar que “o povo é verdadeiro protagonista da sua história” e até que a sua obra é “escrita para o povo” (BELL, 1943, p. 64).

Pesquisadores já em via de discussão acerca de certas “verdades” afirmadas sobre a literatura portuguesa passam a repensar a escrita de Fernão Lopes. Maria Ângela Beirante, que se propôs a fazer um estudo das estruturas sociais presentes na escrita de F. Lopes a partir da hierquia social apresentada por ele, afirma que o povo não é o sujeito da história das crônicas. Somente está presente na medida em que é responsável por um levante favorável à causa de Avis e à resistência contra os castelhanos. Segundo Beirante, o povo em Fernão Lopes nem sempre é sinônimo de terceiro estado. De acordo com essa noção, “não é em nome dos vilões que ele deixa a sua ação registrada nas crônicas, mas em nome da adesão e fidelidade à causa de um senhor que é também seu” (BEIRANTE, 1984, p. 98).

Outros pesquisadores, pensando sobre a maneira de escrita de Fernão Lopes, já deixaram diversas opiniões e marcas. João Gouveia Monteiro, historiador português e professor da Universidade de Coimbra, afirma que a escrita do cronista é quase sempre orientada e direciona o leitor à criação de uma expectativa que só se satisfaz com a leitura completa do texto. Denota que o procedimento de Lopes assemelha-se a uma “estratégia fílmica”, como se o cronista deslocasse uma câmera de acordo com a composição da história (MONTEIRO, 1988, p. 110-111).

Maria do Amparo Torres Maleval, historiadora brasileira e professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em sua obra *Fernão Lopes e a retórica medieval*, publicada no ano de 2010, afirma que “o mérito do escritor reside na manipulação exemplar das novas técnicas da arte narrativa, a serviço da persuasão do leitor-ouvinte e da manutenção da unidade da obra” (MALEVAL, 2010, p. 65). Segundo a pesquisadora, Fernão Lopes teria usado em sua escrita técnicas de discurso da retórica medieval afim de convencer seus leitores.

Como toda obra é um produto de seu tempo, é necessário contextualizá-la para que possa ser entendida em sua essência. Assim, qualquer obra transmitirá ideologias, comportamentos e costumes próprias da sociedade à qual está circunscrita. Um dos

objetivo desta pesquisa é traçar as principais características e acontecimentos do período histórico da *Crônica de D. João I*. Logo, nota-se que a crônica denota um momento crucial de sucessão monárquica no reino de Portugal quando surgem dois partidos antagônicos que disputaram a coroa e, assim, a monarquia portuguesa.

Durante seu reinado, D. Fernando debateu-se com crises internas de maus anos agrícolas em 1371 e 1372 em que a situação foi agravada com as sequelas das epidemias de 1348 e 1361, prolongadas em 1374. Esse fato ocasionou um considerável decréscimo demográfico, que acabou levando a uma queda na produção agrícola e ao êxodo rural. Nos centros urbanos avolumaram-se os problemas de abastecimento e o aumento da franja dos credenciados e excluídos sociais, entre pobres, velhos, doentes e mendigos. Ainda, atingido pela Guerra dos Cem Anos, D. Fernando entrou no conflito peninsular e europeu para defender os seus interesses de livre trânsito e comércio do Atlântico (COELHO, 2010, p. 447-449). Após a morte dessa figura monárquica, em 1383, iniciam-se os conflitos bélicos da Revolução de Avis e das disputas pelo trono da monarquia portuguesa.

De um lado, encontrava-se o rei de Castela, D. Juan I, que se achava no direito de assumir o trono português, por razões de sucessão e por motivos que implicavam a soberania de Castela sobre Portugal em acordos de suserania e vassalagem. De outro lado, em outra configuração partidária, encontrava-se D. Leonor, que havia se tornado regente do reino após a morte do seu marido, D. Fernando.

Todavia, existia uma terceira figura não esperada, que reclamou para si a coroa do reino de Portugal. Era D. João I, Mestre da Ordem de Avis – irmão bastardo de D. Fernando –, que se colocando entre estes dois grupos, lutou pelo poder e tornou-se regedor de Portugal em 1383 e posteriormente rei, inaugurando assim uma nova dinastia, a Dinastia de Avis.⁶

⁶ A figura do D. João I, mestre de Avis não se apresentava como a predileta ao trono em um primeiro momento pela própria existência de outros descendentes que possuíam uma ascendência muito mais direta e legítima ao monarca anterior e seu pai, D. Fernando e D. Pedro respectivamente. D. Pedro, da sua relação com Inês de Castro, teve quatro filhos. Um destes a própria D. Beatriz que pelo Tratado de Salvaterra dos Magos, foi prometida em casamento para D. Juan, rei de Castela. Um terceiro D. João – outro filho dessa mesma relação –, irmão também de D. Fernando, era quem seria o primeiro escolhido na

Nascida esta, era necessário que se criasse elementos legitimadores que garantissem a perpetuação do poder nas mãos do primeiro monarca de Avis e seus herdeiros, já que este não possuía aquilo explicitado por Luís Rebelo por *carisma de sangue*. Dom João era mestre da Ordem Militar de Avis e por isto, havia feito juramentos que o asseguravam à vida de cavaleiro e que o impediam do matrimônio. Assim possuía somente aquilo que é caracterizado pelo mesmo autor como *carisma de poder*⁷. Este, porém se apossa da coroa após a morte de seu irmão D. Fernando já que o antigo rei não possuía herdeiros. A crise, diante destes aspectos, não era somente econômica, mas ao mesmo tempo política.

Desse modo, passa a ser construído em sua volta aquilo que é discutido pela historiadora e professora da Universidade Federal Fluminense (UFF), Vânia Leite Fróes, por “*discurso do paço*”, que também está presente em toda a Dinastia de Avis. O discurso intencionado e propagado pela nova dinastia, além da legitimação régia, objetivava promover o rei a um soberano verdadeiro no reino português. E o rei como legítimo seria assim capaz de combinar todos os segmentos sociais, justamente por estar acima deles, formando um reino reconhecido por todos os habitantes e que apresentaria aspectos de uma “nação portuguesa” (FRÓES apud COSER, 2007a, p. 708-709).

linha de sucessão, seguido de D. Dinis. Porém, com a explosão dos conflitos, ambos foram retirados da corrida ao trono. O primeiro foi preso pelo rei de Castela desde o momento em que se levantaram algumas dificuldades ao reconhecimento da sua autoridade em Portugal. O segundo, D. Dinis, fugiu para Castela e morreu na cidade de Salamanca. Um dos principais argumentos que teria impedido a ascensão de um dos irmãos citados ao poder seria a própria ilegitimidade do casamento de D. Pedro com Inês de Castro. O mestre de Avis assume o trono por apresentar-se como defensor do reino, em nome do outro D. João, infante de Portugal (MATTOSO, 1987, p. 291).

⁷ “Paralelamente ao carisma de sangue, se encontra o problema do carisma do poder, que afecta o sentido da Ordem e da Hierarquia no imaginário social do homem medieval. E sempre que se dá o caso de o detentor desse carisma na linha sucessória o perder, põe-se o problema de identificar a personalidade que está destinada e que tem capacidade para o receber. [...] E notamos, que, no pensamento do círculo de Avis, a ideia do carisma do poder com os seus mecanismos transmissores está nitidamente ancorada na Teoria da Grande Cadeia do Ser, que justifica o sentido de toda a arquitetura social ao reivindicar para ela um modelo de ordem cósmica e de origem divina. Mas, em qualquer caso de legitimação electiva em que o carisma de sangue sofra carência, maior importância assume o carisma do poder, que poderá encontrar-se até em homens de humilde condição” (REBELO, 1983, p. 19-20).

Porém, na literatura, sendo aquilo que mais nos interessa, o “discurso do Paço” ocorreu como um

movimento de expansão da produção, reprodução e organização de livros no século XV. [...] Os príncipes de Avis empenharam-se pessoalmente na produção desse discurso. D. João escreve o Livro da Montaria, manual que se dedicava a ensinar como reconhecer os rastros de animais (recorrendo inclusive a ilustrações), quais as melhores armas e vestimentas para a caça e quais as relações adequadas entre os grandes senhores que lideravam as caçadas e seus subalternos (COSER, 2007a, p. 709).

Entretanto, vale notar que o que foi esquecido pela historiografia portuguesa – para além do caráter legitimador e da literatura técnica – foi exatamente a percepção da construção da imagem do rei como modelo a ser seguido. Os monarcas são apresentados como condutores à religião e à perfeição, tornando-se, assim, o seu maior exemplo.

O historiador Peter Burke, ao analisar as representações realizadas em volta do monarca Luís XIV, rei francês, acredita que ao realizar tal fato está denotando o estudo da propaganda em volta de tal rei que possuiu sua imagem sobre constante revisão. Afirma que essa propaganda se apresentava como uma tentativa de moldar ou manipular a opinião pública e construir uma imagem que seria intencionada para o monarca. Burke caracteriza o estado francês do século XVII como o “*Estado de Teatro*” em que a imagem pública não era simplesmente favorável: tinha uma qualidade sagrada (BURKE, 1994, p. 19).

Partindo das mesmas premissas que o historiador inglês, o Portugal medieval representado pela crônica analisada, também pode ser caracterizado mediante a busca da legitimação por meio da propaganda. No estado francês setecentista, arte e poder caminhavam lado a lado para que o mito fosse construído como uma história de significado simbólico. Dessa forma, eventos e formalizações no reinado analisado de D. João I como

entradas régias, celebrações militares, cerimônias litúrgicas, recepções de embaixadas, ritos de passagem da família real, em especial os ritos funerários, constituíam-se em actos de um programa de representação propagandística, em que

o rei deixava de estar oculto para se exibir, captando a adesão emocional da sociedade (COELHO, 2010, p. 486).

A Crônica de D. João I, a Bíblia e a teologia

Diante de tais aspectos, é importante notar a fonte primária analisada a *Crônica de El-Rei D. João I, da Boa Memória*, escrita pelo guarda-mor da Torre do Tombo, Fernão Lopes. De forma que são três as crônicas indiscutivelmente escritas por Fernão Lopes: *Crônica de D. Pedro*, *Crônica de D. Fernando* e *Crônica de D. João I*. Essa trilogia é interdependente, acontecimentos revelados em uma, possuem terminações e explicações na obra seguinte.

A época em que o cronista realiza os seus escritos perpassa por uma crise que aconteceu na Igreja Católica. A crise, o Grande Cisma do Ocidente (1378-1417), representou uma ruptura que ocorreu na Igreja Católica e instantaneamente deu ao homem medieval a noção de que o Apocalipse estava próximo. A noção da existência de dois papas, um em Roma (Itália) e outro em Avignon (França), ambos reclamando para si o poder do Papado, fez com que os reinos europeus se dividissem entre as políticas religiosas de cada uma das regiões citadas.

Assim, Fernão Lopes, apropriando-se de tal temporalidade, cria a noção de que D. João de Avis, exemplo de rei justo e bom cristão – o “*Messias de Lisboa*” – estaria do lado do verdadeiro papa, o residente em Roma. Consequentemente, D. Juan de Castela, caracterizado como o *Anticristo*, era apoiado pelas forças do Antipapa, provenientes de Avignon.

Segue um fragmento da crônica que trata sobre a ascensão de D. João I:

na qual se levantou outro mundo novo e nova geração de gentes [...] Em que pôs este senhor, sendo Mestre, e depois que foi rei. E assim **como o Filho de Deus chamou os seus apóstolos** dizendo que os faria pescadores dos homens. De modo que esta idade que dizemos se começou nos feitos do Mestre, pela qual é compilada esta crônica, faz agora sessenta anos que dura. **E durará até o fim dos séculos, ou quanto tempo quiser Deus, que as criou todas** (Crônica de D. João I, V. 1. p. 259).⁸

⁸ Os fragmentos sublinhados e em negrito não estão presentes no texto original. Os grifos são nossos.

Nota-se a clara associação do monarca à figura de Jesus Cristo e dos homens e companheiros aos próprios apóstolos, ficando latente o ideal messiânico e escatológico. É possível perceber também o período de permanência do reino, que seria sagrado e estaria antes de tudo, sobre a vontade divina de Deus. “Assim, a apresentação dos sinais providenciais – sonhos, milagres, profecias e outros prodígios, que constituem também pontos de articulação na estrutura da trilogia – visa a demonstrar o assenso divino a uma nova concepção de poder”, estabelecida pela nova dinastia (REBELO, 1983, p. 57).

Logo, a Bíblia e as histórias presentes em seus livros e evangelhos sagrados, tornam-se mais do que uma autoridade. O cronista Fernão Lopes encontra nela a maior fonte das analogias das quais faz uso em seus escritos. D. João I, além de ser classificado como o “Messias de Lisboa” e governante escolhido por Deus para tirar Portugal da escuridão em que se encontrava, passa a ser comparado com os reis do Antigo Testamento; já que é a partir de tal livro que são construídas as concepções messiânicas para com os reis da casa de Davi (ZIERER, 2012, p. 127-128).

As comparações com os reis do Antigo Testamento e as analogias com histórias bíblicas aparecem no discurso de Frei Rodrigo após o fim do cerco de Lisboa (em 1384, com duração de quatro meses e 27 dias) empreendidos pelos castelhanos na principal cidade de Portugal. Segundo os relatos do cronista Fernão Lopes, o rei D. Juan de Castela somente abaixa o cerco sobre Lisboa após a peste que acometia somente seus soldados e cavaleiros ter atingido a sua esposa, D. Beatriz. O cronista reitera que a peste foi enviada como um castigo de Deus, pois antigia somente aos castelhanos e não aos portugueses. Mesmo aqueles feitos prisioneiros pelos seguidores do Anticristo e que estavam sendo presos próximos aos enfermos não eram atingidos.

Diante de tais acontecimentos, Lopes destaca o sermão de Frei Rodrigo de Sintra que compara Lisboa à Jerusalém, que foi cercada por Senaqueribe, o rei de Assir e D. João I ao rei Ezequias, líder de Jerusalém. Conseqüentemente, compara o povo de Portugal ao povo de Israel. Assim, é importante observar que, dentre os reis mencionados no Livro dos Reis bíblico, apenas Ezequias e Josias merecem a aprovação irrestrita de Deus (ZIERER, 2012, p. 35). D. João I,

mestre de Avis, tornava-se exemplo de rei e cristão ideal, temente a Deus e escolhido por Ele, servidor da Igreja Católica, justo, provedor e símbolo de paz ao seu povo (ZIERER, 2012, p. 35).

O episódio da peste aos castelhanos é igualado com as Dez Pragas do Egito. Dom Juan de Castela é equiparado ao faraó, que só aceita os conselhos sobre abaixar o cerco após a doença atingir sua mulher por meio da vontade divina. Dessa forma, o franciscano, ao fazer o sermão, ainda reitera após contar os acontecimentos do Egito:

e assim há-de acontecer a el-rei de Castela: que, **se ele voltar a este reino com a intenção que leva, Deus lhe matará tantos dos seus primogénitos, que são os grande do reino**, como os quais faltou a verdade do tratado a que se comprometeu, que nunca mais terá vontade de volta a esta terra (Crônica de D. João I, V. 1. p. 244).

É importante perceber que o momento dessa grande crise na Cristandade acabou fazendo com que as concepções do abade calabrês, Joaquim de Fiore (1132-1202), se expandissem com maior rapidez e aceção. Dessa forma, infere-se que a principal obra do abade foi lançar uma obra – *De unitate Trinitatis* – sobre três idades em que se dividiria o curso da história da Cristandade: a Idade do Pai, a do Filho e a do Espírito Santo. A última delas seria a Idade dos Monges, em que aconteceria a reunificação da Igreja, depois de um longo período de tribulações (FALBEL, 1976, p. 72).

Nessa última idade, as pessoas abraçariam a pobreza de Cristo e, por consequência, seriam corrigidas as imperfeições subsistentes e se consumaria a plenitude da mensagem evangélica. Diante disso, o discurso feito por Fernão Lopes, para criar a legitimação da Dinastia de Avis e a consequente consolidação da figura de D. João I como a do “Messias de Lisboa”, vale-se inteiramente da associação e reinterpretação das ideias de Joaquim de Fiore. O Mestre de Avis surge na crônica como o fundador da Idade do Espírito Santo, como uma espécie de *Imperador dos Últimos Dias*⁹, combatedor do Anticristo e libertador carismático do reino português.

⁹ Um tipo de rei que deu origem ao messianismo régio é o chamado Rei ou Imperador dos Últimos Dias, uma espécie de rei messiânico que estabelece um período de felicidade na Terra antes do Juízo Final e que combate ao Anticristo. No período medieval ele foi associado a dentre outros, ao

A dicotomia Anticristo *versus* Messias, presente na crônica, pode até mesmo ser relacionada com as interpretações do *Apocalipse de São João*. Segundo Jean Delumeau,

o milênio deve intercalar-se entre o tempo da história e a descida da 'Jerusalém celeste'. Dois períodos de provocação irão enquadrá-lo. O primeiro verá o reino do Anticristo e as tribulações dos fiéis de Jesus que, com este, triunfarão das forças do mal e estabelecerão o reino de paz e de felicidade. O segundo, mais breve, verá uma nova liberação das forças demoníacas que serão vencidas num último combate (DELUMEAU, 1997, p. 19).

Neste fragmento encontra-se ainda a interpretação feita por Fernão Lopes acerca dos enfrentamentos bélicos que circunscreveram a ascensão de D. João I ao trono. Como primeiro momento, pode ser observada a *Batalha de Atouros* seguida do *Cerco de Lisboa* em que as tribulações passadas pela população, de acordo com o que é descrito na crônica como diversos tipos de privações e provações. Em um segundo momento, a vitória definitiva das forças do *Messias de Lisboa* para com as do *Anticristo* está representada na *Batalha de Aljubarrota* (1385), que parece ser a confirmação divina da aprovação de Deus às ações de D. João I, coroado no mesmo ano nas Cortes de Coimbra como novo rei.

Sobre as tribulações sofridas durante o Cerco de Lisboa, Fernão Lopes caracteriza o sofrimento das crianças. Estes,

andavam os mocinhos de três e de quatro anos, pedindo pão pela cidade pelo amor de Deus, como lhes ensinavam suas mães; e muitos não tinham outra cousa que lhe dar senão lágrimas, que com eles choravam que era triste cousa de ver. E se lhes davam um pão do tamanho de uma nós, haviam-no por grande bem. Desfalecia o leite àquelas que tinham crianças a seus peitos, por mingua de mantimento; e, vendo sofrer seus filhos, a que não podiam socorrer, choravam amiúde sobre eles a morte antes que a

morte os privasse da vida (Crônica de D. João I, v. I, p. 234).

Decerto, o cronista acabou por construir poderosas analogias no imaginário medieval português. Vale ainda notar que muitas foram as demais alegorias utilizadas por Fernão Lopes ao construir sua narrativa. Estas representariam sinais de que Portugal estaria destinado à vitória contra Castela e conseqüentemente, do Anticristo. Utilizou-se ainda da teologia e filosofia em voga no século XV com diversos outros nomes como Beda, o Venerável; João de Salisbury e Aristóteles.

Com Beda (672-735) e Eusébio de Cesaréia (265-339) Fernão Lopes apropria-se da Sétima Idade. Está é uma elaboração que se relaciona a construção já clássica no tempo do cronista. Em pensamentos e análises que teriam sido influenciadas por Santo Agostinho, “a cronologia cristã envolvia a identificação de diferentes períodos: infância (da criação de Adão e Eva ao dilúvio), pueritia (do dilúvio a Abraão), juventus (de Davi ao exílio da Babilônia), actas senior (do Exílio ao nascimento de Cristo) e senectus (de Cristo ao fim dos tempos)” (ZIERER, 2006, p. 143). Sendo uma metáfora, o cronista apresenta a Sétima Idade como um tempo de paz e prosperidade na terra que se iniciaria com a revelação da figura do Mestre de Avis (GUIMARÃES, 2008, p.199).

Entretanto, “ao contrário de Beda que identifica a sexta idade como um período de decadência antes do Juízo Final, Fernão Lopes institui a Sétima Idade na terra e vê este tempo como uma época de paz e prosperidade” (ZIERER, 2004, p. 175). Ainda, a partir da apropriação de tais ideias pelo cronista é importante notar que os séculos XIV e XV são marcados pela noção de que o fim dos tempos estaria próximo. Em Portugal, tais concepções tornam-se ainda mais latentes por conta da situação política, econômica e social em que se encontrava o país. A crise dos fins da Idade Média trouxe junto com ela a esperança de um governante redentor que poria fim à situação instalada.

Além disso, a poderosa associação com a Bíblia e com as teorias advindas da teologia medieval que estavam em circulação na época balizam a mais complexa analogia de Fernão Lopes que foi a do *Evangelho Português*. Utilizando a Bíblia como parâmetro e apresentando o monarca D. João I como grande redentor de Portugal e iniciador de uma nova era de justiça e

rei Artur, Carlos Magno, Frederico Barba Ruiva e a Frederico II (ZIERER, 2007, p. 362). “Ainda, este é perfeitamente sábio, é perfeitamente justo, protege o fracos. É a promessa de acolhimento e redenção, traz consigo a justiça divina e domina a injusta lei dos homens. Para o homem medieval este soberano representava a garantia de que no futuro todos os seus sofrimentos seriam recompensador em um reino de abundancia e felicidade” (MEGIANI, 2003, p. 39).

felicidade, criou-se a noção de que um novo capítulo da cristandade havia sido criado, agora em Portugal – equiparado à Nova Jerusalém prometida no *Apocalipse de São João*. O *Evangelho Português* do Mestre de Avis, apresentado por Fernão Lopes prega uma sociedade mais justa na qual os humildes serão protegidos pelo rei, o qual garantirá a salvação aos portugueses (ZIERER, 2004, p. 173).

Decerto, para legitimar a figura do Mestre de Avis, foi necessária a associação de sua figura com as camadas populares. D. João I havia tornado-se o pai da “*arraia-miúda*”, grande defensor da cidade de Lisboa, que se encontrava viúva e clamava por um novo representante. Associado à sua figura estava ainda, a nobreza secundogênita, com seu maior representante em Nuno Álvares Pereira, figura de uma nobreza ideal, cuja ligação primordial seria com o reino e com o monarca. Em oposição estava a nobreza tradicional, acusada de apoiar o reino de Castela na invasão a Portugal. A guisa de conclusão, vale ressaltar que o verdadeiro trabalho elaborado por Fernão Lopes, foi ter criado o *Evangelho Português* (REBELO, 1983, p. 81), fortalecendo assim o epíteto do “*Rei da Boa Memória*” para o monarca D. João I.

A principal questão presente na obra de Fernão Lopes, e que interessa particularmente a esta pesquisa, é a tentativa de forjar-se uma identidade portuguesa que tem no rei o seu centro e que acaba por estar presente em toda a narrativa do cronista. De modo que vale reforçar que a *Crônica de D. João I* é escrita com um intento: a legitimação da dinastia de Avis. Assim, é preciso ter em conta que uma alegoria presente no discurso é posta em prática.

A noção de identidade portuguesa e legitimação da nova Dinastia encontram-se também presentes na noção de “*shadow king*” criada para o último monarca afonsino, D. Fernando. Tal figura histórica é a todo o momento apresentada por Lopes como um rei que teria sido levado pelas paixões e destruído importantes ações políticas do reino ao ser enfeitado por Dona Leonor Teles, mulher castelhana, casada e com filho. O rei volúvel casa-se com a dama castelhana e angaria o desgosto dos seus súditos, que não aprovavam a união.

Segundo Miriam Cabral Coser, historiadora brasileira e professora da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), a caracterização da Rainha Leonor Teles por Fernão Lopes dá possibilidade

não só a formação de uma imagem negativa para o final do reinado da Dinastia de Borgonha, de maneira a justificar a Dinastia de Avis, mas também a elaboração de uma ideia de coesão geográfica e populacional, o que será um elemento indispensável na formação da identidade nacional portuguesa (COSER, 2007b, p. 18).

Baseando-se na obra e escritos de Fernão Lopes, não é difícil encontrar pesquisadores que afirmam encontrar sinais de que as crônicas denotam um sentimento de identidade nacional já latente no Portugal do final do século XIV e XV. Discordamos, porém, dessa proposição. Aqueles considerados por Lopes como “*verdadeiros portugueses*” lutam em busca de riquezas e nobilitação, na intenção de serem recompensados por seus feitos bélicos ao apoiar o Mestre de Avis.

Logo, acreditamos que “no tempo do cronista Fernão Lopes, ainda não temos uma imagem concreta do que é ser português naquele momento, uma vez que não conseguimos localizar um latente sentimento de pertença que seja um fator identitário de um grupo” (VIEIRA, 2010, p. 81). O que mais está presente é a imagem de Portugal e de seus naturais unidos em um sentimento comum que se fortalece ao longo de sua escrita. Lutam por riquezas, pelas suas posses, pelo apoio ao Mestre de Avis, não por Portugal.

A obra deixa posto a quem se dedica a lê-la uma noção de que o rei em questão, D. João I, o Mestre da Ordem de Avis, apresentava-se como um monarca inteiramente poderoso, com ares de um governante absolutista – se é que esta terminologia é correta. Em contrapartida, a figura do rei medieval evoluiu e mudou durante o longo período em curso. Este, na realidade era limitado pela lei e dualizava com outros poderes em voga na sociedade da época, como os grandes senhores feudais e o poder papal (LE GOFF, 2002, p. 400).

Considerações finais

À guisa de conclusão, é importante destacar que o discurso elaborado por Fernão Lopes não pode ser contestado no campo simbólico, mas há uma clara diferença prática. Durante os cinquenta anos do reinado de D. João I (1385-1433) reuniram-se vinte e sete vezes as cortes do reino, de dois em dois anos em média. Isso são

mais vezes que em todos os reinados dos séculos XIV e XV (COELHO, 1965, p.146). Diante de tais aspectos, é claro notar o Mestre de Avis, chefe da revolução e rei eleito, mantém-se fiel aos homens que o colocaram no trono; por isso chamaram-lhe de rei da Boa Memória, seu epíteto (COELHO, 1965, p. 127).

A *Crônica de D. João I, da Boa Memória*, um dos primeiros exemplos da propaganda messiânica empreendida pela monarquia portuguesa, representa o imbricamento entre o político e o maravilhoso medieval, fator extremamente necessário para a legitimação da nova dinastia. Observa-se que o governo de D. João I foi marcado pelo aumento de impostos, grande inflação, fracasso inicial dos feitos econômicos intencionados em Ceuta, guerras prolongadas contra Castela e várias reclamações dos pequenos contra os abusos dos grandes. A tão conhecida "*Revolução de Avis*", termo pelo qual é conhecido o período histórico em questão, na realidade não representou a era tão prometida aos verdadeiros portugueses nas analogias do abade calabrês Joaquim de Fiore e do anglo-saxão Beda. Ficou relegada, na prática, somente no plano do imaginário.

Em relação às expectativas messiânicas relegadas à Dinastia de Avis, estas atravessaram o oceano Atlântico e possuem expressão até os dias atuais. O mito sebastianista, consumado na ideia do rei D. Sebastião, morto (1557-1578) e reconhecido como uma noção nostálgica de um rei ressurgir e ser capaz de reconduzir a pátria a uma idade de ouro imaginária, perdura no estado do Maranhão, por meio de ritos elaborados por afrodescendentes imbricados com heranças deixadas na catequização realizada pelos padres jesuítas.

Por fim, podemos concluir que a cultura criada em volta dos reis imaginários, ou até mesmo aqueles que se tornaram reis messiânicos, possui forte influência sobre o imaginário ocidental. As imagens dos reis são representadas como de grandes provedores: asseguram a justiça e a paz de seu povo, cuidam das suas necessidades. Monarcas messiânicos são sinônimo de felicidade e abundância. Características que atualmente ainda são procuradas e aclamadas no governante-modelo, tal como desejaram os homens na Idade Média e por todas as eras posteriores a ela.

Referências

BASTOS, M. J. M. **O poder nos tempos da peste (Portugal – séculos XIV/XVI)**. Niterói: EdUFF, 2009.

BEIRANTE, M. A. **As estruturas sociais em Fernão Lopes**. Lisboa: Livros Horizonte, 1984.

BELL, A. F. G. **Fernão Lopes**. Lisboa: Cultura História, 1943.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRAGA, P. **O touro encantado da Ilha dos Lençóis: o sebastianismo no Maranhão**. Petrópolis: Vozes, 2001.

BURKE, P. **A Fabricação do Rei: a construção da imagem pública de Luís XIV**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

COELHO, A. B. **A Revolução de 1383**. Lisboa: Portugalia, 1965.

COELHO, M. H. C. D. João I: o de Boa Memória (1385.1433). In: MENDONÇA, M. (Org). **História dos Reis de Portugal: da fundação à perda de independência**. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 2010, p. 441-490.

COSER, M. A dinastia de Avis e a construção da memória do reino português. **Especiaria (UESC)**, v. 10 , p. 703-727, 2007a.

_____. Gênero e Poder: Leonor Teles, rainha de coração cavalheiresco. **Esboços (UFSC)**, v. 14, p. 11-30, 2007b.

DELUMEAU, J. **Mil anos de felicidade: uma história do Paraíso**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

DESROCHE, H. **Dicionário de messianismos e milenarismos**. São Bernardo Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2000.

FALBEL, N. **Heresias medievais**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

GUIMARÃES, M. L. Crônica de um gênero histórico. **Diálogos Mediterrânicos (UFPR)**, n. 2, p. 67-78, 2012.

- _____. A Sétima Idade de Fernão Lopes: novo tempo para os príncipes de Avis? In: DORÉ, A.; lima, L. F. S.; SILVA, L. G. (Org.). **Facetas do Império na História: conceitos e métodos**. Brasília: Hucitec, 2008, p. 199-211.
- LAPA, R. **Quadros da Crónica de D. João I: Seleção, prefácio e notas de Rodrigues Lapa**. Lisboa: Seara Nova, 1967.
- LE GOFF, J. Rei. In: LE GOFF, J.; SCHMITT, J. C. **Dicionário temático do ocidente medieval**. Bauru: EDUSC, 2002, p. 395-414.
- MALEVAL, M. A. T. **Fernão Lopes e a retórica medieval**. Niterói: EdUFF, 2010.
- MARQUES, A. H. O. **Portugal na crise dos séculos XIV e XV**. Lisboa: Presença, 1987.
- MATTOSO, J. **Fragments de uma composição medieval**. Lisboa: Estampa, 1987.
- MEGIANI, A. P. T. **O jovem rei encantado: expectativas do Messianismo Régio em Portugal, séculos XIII a XVI**. São Paulo: Hucitec, 2003.
- MENDONÇA, M. Afonso Henriques, o Conquistador (1143.1185). In: MENDONÇA, M. (Org.). **História dos Reis de Portugal: da fundação à perda de independência**. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 2010, p.11-56.
- MONTEIRO, J. G. **Fernão Lopes: texto e contexto**. Coimbra: Livraria e Editora Minerva, 1988.
- NOGUEIRA, C. **O Portugal Medieval: monarquia e sociedade**. São Paulo: Alameda, 2010.
- REBELO, L. S. **A concepção do poder em Fernão Lopes**. Lisboa: Livros Horizonte, 1983.
- SARAIVA, A. J. **As Crónicas de Fernão Lopes: Seleccionadas e transpostas em português moderno**. Lisboa: Gradiva, 1997.
- TÖPFER, B. Escatologia e Milenarismo. In: LE GOFF, J.; SCHMITT, J. C. **Dicionário temático do ocidente medieval**. Bauru: EDUSC, 2002, p. 353-366.
- VIEIRA, A. C. D. Três reis e um cronista: discursos e imagens nas crónicas de Fernão Lopes. In: NOGUEIRA, C. **O Portugal Medieval: monarquia e sociedade**. São Paulo: Alameda, 2010, p. 81-90.
- ZIERER, A. M. S. **Paraíso, Escatologia e Messianismo em Portugal à Época de D. João I**. Tese (Doutorado em História Social)- Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.
- _____. “O Rei no Imaginário Medieval” In: OLIVEIRA, T.; VISALLI, A. M. **Cultura e Educação: ética e ação política na Antiguidade e Idade Média**. Vitória da Conquista, BA: Edições UESB, 2007.
- _____. A Influência da Bíblia na Construção da Imagem de D. João I, o ‘Messias’ de Lisboa. **Diálogos Mediterrânicos** (UFPR), n. 3, p. 124-142, 2012.
- _____. Iluminando a Idade Média: um breve panorama sobre a História Medieval no Brasil e a Relação História-Ensino. In: XIMENDES, C. A.; ZIERER, A. M. de S. (Org.). **História Antiga e Medieval: cultura e ensino**. São Luís: Editora Uema, v. 1, 2009, p. 9-27.

Recebido em: 08/02/2013

Aceito em: 13/03/2013